



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

ACTA N.º 38/XI/1.ª

Aos dois dias do mês de Junho de dois mil e dez, pelas dez horas e vinte minutos, reuniu, na Sala 7 do Palácio de São Bento, em Lisboa, a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, com a seguinte ordem de trabalhos:

10:00 Horas

1. Distribuição de iniciativas legislativas;
2. Distribuição de iniciativas europeias;
3. Votação das actas n.s 32 a 37 (reuniões de 5 a 26 de Maio de 2010);
4. Apreciação e votação dos pareceres sobre:

Projecto de Lei n.º 214/XI/1ª (PS) - "Alteração ao Estatuto do Provedor de Justiça (terceira alteração à Lei n.º 9/91, de 9 de Abril, alterada pela Lei n.º 30/96, de 14 de Agosto e pela Lei n.º 52-A/2005, de 10 de Outubro).":

Relator - Deputado António Filipe (PCP);

Projecto de Lei n.º 236/XI/1ª (BE) - "Primeira alteração à Lei n.º 46/2005, de 29 de Agosto, que estabelece limites à renovação sucessiva de mandatos dos presidentes dos órgãos executivos das Autarquias Locais.":

Relator - Deputado Luís Montenegro (PSD);

Projecto de Lei n.º 299/XI/1ª (BE) - "Reduz as subvenções públicas e os limites máximos dos gastos nas campanhas eleitorais (terceira alteração à Lei n.º 19/2003, de 20 de Junho financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais)":

Relator - Deputado Hugo Velosa (PSD);

5. Apreciação e votação do parecer sobre o Programa Legislativo e de Trabalho da Comissão Europeia para 2010:
Relatora - Deputada Ana Catarina Mendonça Mendes (PS);
6. Apreciação e votação do parecer sobre:
COM(2010)105 - Proposal for a COUNCIL REGULATION (EU) implementing enhanced cooperation in the area of the law applicable to divorce and legal separation
e
COM(2010)104 - Proposal for a COUNCIL DECISION authorising enhanced cooperation in the area of the law applicable to divorce and legal separation
Relator - Deputado Filipe Neto Brandão (PS);
7. Outros assuntos.

11:30 Horas

Audição do Conselho Superior do Ministério Público no âmbito da discussão na especialidade das iniciativas legislativas de alteração do Código de Processo Penal:

Projecto de Lei n.º 38/XI/1ª (PCP) - "Altera o Código de Processo Penal visando a defesa da investigação e a eficácia do combate ao crime.":



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

Projecto de Lei n.º 173/XI/1ª (CDS-PP) - "Altera o Código de Processo Penal.";
Projecto de Lei n.º 178/XI/1ª (PCP) - "Altera o Código de Processo Penal garantindo maior celeridade no julgamento da criminalidade de menor gravidade.";
Projecto de Lei n.º 181/XI/1ª (BE) - "Altera o Código de Processo Penal.";
Projecto de Lei n.º 275/XI/1ª (PSD) - "Alterações ao Código de Processo Penal.";
Proposta de Lei n.º 12/XI/1ª (GOV) - "Procede à décima nona alteração ao Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de Fevereiro."

Estavam presentes os Senhores Deputados constantes da folha de presenças em anexo.

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente da Comissão, Deputado Osvaldo de Castro (PS), foram distribuídas as seguintes iniciativas legislativas e designados relatores:

- Proposta de Lei n.º 27/X/1ª (GOV) - "Procede à segunda alteração ao regime jurídico do processo de inventário aprovado pela Lei n.º 29/2009, de 29 de Junho" – Relator: Senhor Deputado António Montalvão Machado (PSD);
- Projecto de Lei n.º 286/X/1ª (PCP) – "Abre um período extraordinário de entrega voluntária de armas de fogo não manifestadas ou registadas" – Relator: Senhor Deputado Nuno Magalhães (CDS-PP);
- Projecto de Lei n.º 299/X/1ª (PSD) – "Reduz as subvenções públicas e os limites máximos dos gastos nas campanhas eleitorais (terceira alteração à Lei n.º 19/2003, de 20 de Junho, financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais)" – Relator: Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD).

Não havendo iniciativas europeias a distribuir e tendo sido aprovadas por unanimidade, na ausência do PEV, as actas n.ºs 32 a 37, o Senhor Deputado António Filipe (PCP) apresentou de forma breve o parecer relativo ao Projecto de Lei n.º 214/XI/1ª (PS) - "*Alteração ao Estatuto do Provedor de Justiça (terceira alteração à Lei n.º 9/91, de 9 de Abril, alterada pela Lei n.º 30/96, de 14 de Agosto e pela Lei n.º 52-A/2005, de 10 de Outubro)*", cujas partes I e III foram aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

Seguidamente, após uma breve apresentação do parecer relativo Projecto de Lei n.º 236/XI/1ª (BE) - "*Primeira alteração à Lei n.º 46/2005, de 29 de Agosto, que estabelece limites à renovação sucessiva de mandatos dos presidentes dos órgãos executivos das Autarquias Locais*" por parte do Senhor Deputado Luís Montenegro (PSD), o Senhor Deputado Pedro



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

Soares (BE) afirmou que a iniciativa em causa representaria uma clarificação da Assembleia da República sobre esta matéria, cumprindo a legislação em toda a sua extensão.

Por outro lado, considerou que, estando as eleições autárquicas algo distantes, esta seria a altura própria para definir regras relativas à elegibilidade.

Após esta intervenção, as partes I e III foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

Após uma breve apresentação do parecer relativo ao Projecto de Lei n.º 299/XI/1ª (BE) - "Reduz as subvenções públicas e os limites máximos dos gastos nas campanhas eleitorais (terceira alteração à Lei n.º 19/2003, de 20 de Junho financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais) pelo relator, Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD), o Senhor Deputado Pedro Soares (BE) afirmou que o seu Grupo Parlamentar apresentou a presente iniciativa procurando reduzir os gastos neste domínio, propondo reduções imediatas nos gastos com as campanhas eleitorais e, assim, melhorando a relação entre eleitos e eleitores.

No final, as partes I e III do parecer foram aprovadas com votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, BE e PCP, registando-se a ausência do PEV.

Depois de adiado o ponto 5, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV, o parecer elaborado pelo Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS), relativo às iniciativas europeias: COM(2010)105 - *Proposal for a COUNCIL REGULATION (EU) implementing enhanced cooperation in the area of the law applicable to divorce and legal separation* e COM(2010)104 - *Proposal for a COUNCIL DECISION authorising enhanced cooperation in the area of the law applicable to divorce and legal separation*

Finalmente, passando ao ponto 7, o Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD) propôs que, a respeito das alterações ao Código Penal e ao Código de Processo Penal, fossem ouvidos pela Comissão o Sindicato dos Magistrados do Ministério Público e a Associação Sindical dos Juizes Portugueses.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

A este propósito, o Senhor Presidente lembrou que quem representa os magistrados junto da Assembleia da República são os conselhos superiores, a menos que esteja em causa matéria laboral, o que não acontece. Não obstante, recordando a muito preenchida agenda da Comissão até ao final da sessão legislativa, afirmou que se as estruturas sindicais requeressem as respectivas audições, tentaria, como sempre, encontrar uma data apropriada.

Terminada a primeira parte da reunião, às onze horas e quarenta minutos deu entrada na sala a delegação do Conselho Superior do Ministério Público, composta pelo seu Vice-Presidente e Vice-Procurador-Geral da República, Senhor Conselheiro Mário Gomes Dias, e pelo Procurador-Geral Adjunto Senhor Dr. Euclídes Dâmaso Simões e pela Procuradora-Geral Distrital, Senhora Dra. Francisca Van-Dunen, ambos vogais do Conselho.

Após a intervenção inicial produzida pelos três magistrados, a Senhora Deputada Helena Pinto (BE) e os Senhores Deputados Filipe Lobo d'Ávila (CDS/PP), Hugo Velosa (PSD), Jorge Bacelar Gouveia (PSD), Filipe Neto Brandão (PS) e Carlos Peixoto (PSD) colocaram questões, as quais mereceram igualmente resposta por parte dos elementos da delegação do Conselho Superior do Ministério Público.

Nada mais haver a tratar, foi a reunião encerrada às treze horas e quarenta e cinco minutos dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

A audição foi gravada em áudio e vídeo e transmitida pelo Canal Parlamento, devendo, depois de transcrita, ser anexada à presente acta, da qual fará parte integrante, estando o respectivo [registo](#) disponível na página do Canal Parlamento.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(Osvaldo de Castro)

Nota: Aprovada em 07-07-2010



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe
António Gameiro
António Montalvão Machado
Carlos Peixoto
Celeste Correia
Fernando Negrão
Filipe Lobo D' Ávila
Filipe Neto Brandão
Francisca Almeida
Helena Pinto
Hugo Velosa
Jorge Bacelar Gouveia
Luís Montenegro
Maria do Rosário Carneiro
Maria Manuela Augusto
Miguel Vale Almeida
Nuno Magalhães
Osvaldo de Castro
Ricardo Rodrigues
Teresa Morais
Catarina Marcelino
Manuel Seabra
Marques Júnior
Pedro Soares

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Oneto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

José Luís Ferreira
Luís Pita Ameixa